



WATAU: a trajetória de uma liderança Karajá e o projeto desenvolvimentista brasileiro (1927-1997)

Rafael Andrade*

RESUMO

Identificado como um capitão por Getúlio Vargas em sua visita à Ilha do Bananal em 1940, Watau passou a se destacar como uma liderança e, apesar das adversidades, teve sua trajetória diretamente ligada aos projetos nacionais do século XX. Sua atuação, além de consolidar sua posição de liderança entre os Karajá, colocou-o diante das políticas de integração nacional, notadamente nos governos de Getúlio Vargas (1930-1945) e de Juscelino Kubitschek (1956-1961), levando-o a protagonizar momentos significativos da história nacional, como a Marcha para o Oeste e a fundação de Brasília.

PALAVRAS-CHAVE

Karajá

Marcha para o Oeste

Brasil Central

* Doutorando do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro.

introdução

A trajetória de Watau Karajá, além de nos proporcionar um quadro da atuação de lideranças karajá em momentos importantes da política brasileira no século XX, é um caminho possível para se refletir sobre eventos históricos importantes por outro ângulo. Trata-se da trajetória de vida de um pessoa que ganhou notoriedade e soube se colocar como líder diante de seus pares, obtendo reconhecimento de seu povo a partir da sua atuação no cenário político nacional. A trajetória de Watau se mistura com a história de sua aldeia, Hawalo, na língua karajá, conhecida também como Santa Isabel do Morro, fundada nos anos 1920 nas margens do rio Araguaia na altura média da ilha do Bananal, na região que hoje pertence ao limite ocidental do município de Lagoa da Confusão (TO).

Com base em elementos da trajetória de vida de Watau, podemos não só entender sua posição em Santa Isabel do Morro, mas também dimensionar sua participação nos projetos e nas ações estratégicas do Estado brasileiro. Somos convidados, percorrendo momentos de sua trajetória, a refletir sobre as ações e as ideias desenvolvidas no período de modernização, integração nacional e desenvolvimentismo brasileiro marcados, sobretudo, pelos governos de Getúlio Vargas (1930-1945) e Juscelino Kubitscheck (1956-1961). Partindo de ações concretas, de conflitos vivenciados, escolhas e estratégias tomadas por Watau durante sua consolidação como liderança, foi possível esboçar um quadro com diferentes níveis de relações presentes em sua trajetória. Ao ponderar sobre eventos pensados segundo os aspectos locais e particulares de sua vida, reflete-se também a silhueta dos ambiciosos projetos nacionais de desenvolvimento e o engajamento das políticas de governos em diferentes momentos do século XX. Observamos, desse modo, uma possibilidade de diferenciar melhor os níveis micro e macro da análise (BENSA, 1998) que se pode fazer do entrecruzamento da trajetória de vida

de Watau e os projetos nacionais. Cabe ressaltar que a apresentação de uma reflexão sobre a trajetória de vida de Watau é o resultado da conexão entre várias fontes: documentos, etnografias e textos históricos cotejados com o engajamento etnográfico conduzido por mim desde 2013. Trata-se de um mergulho em diferentes aspectos e elementos das várias fontes e no diálogo com interlocutores na região do médio rio Araguaia, em aldeias karajá ou cidades próximas, em que memórias sobre Watau estiveram presentes em alguma medida.

OS DESAFIOS DO JOVEM LÍDER KARAJÁ EM FACE DA “CRUZADA RUMO AO OESTE”

Na região central do Brasil, mais precisamente na ilha do Bananal, que se forma da bifurcação do rio Araguaia na altura média de seu curso, está localizada a aldeia Hawalo, como é chamada entre os Karajá, ou Santa Isabel do Morro, como é mais conhecida entre os não indígenas – uma aldeia que foi palco de encontros e decisões importantes durante o processo de interiorização do país no século XX.

A origem de Santa Isabel do Morro se inicia com um conflito na região entre os Karajá e não indígenas. Segundo Fênelon Costa (1978), uma epidemia de gripe teria matado a esposa de Wahuúma, líder de uma aldeia karajá do médio Araguaia, que em razão da tragédia decidiu armar um ataque aos primeiros não indígenas que avistasse navegando o rio nas proximidades de sua aldeia. Como planejado, Wahuúma, acompanhado de um grupo de homens karajá, interceptou o batelão de um militar, citado pela autora como “major Basílio” (FENELON COSTA, 1978, p. 24). Mataram os que ali estavam, pegaram todos os suprimentos e afundaram a embarcação.

Com o desaparecimento do batelão, um grupo de busca saiu de Leopoldina, atual cidade de Aruanã (GO), já suspeitando da morte do major Basílio. Wahuúma foi encontrado e executado pelos não indígenas, o que provocou uma represália por parte dos irmãos do líder karajá. A fim de apaziguar o conflito, que já se alongava na época, foi enviado um grupo do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), sob a liderança de Bandeira de Mello, com o objetivo de fundar um posto indígena em uma região previamente estudada pelo SPI. No mesmo local onde hoje está a aldeia Santa Isabel do Morro, foi fundado, em 1927, o Posto Carajás, que em pouco tempo teve seu nome substituído para Posto Redenção Indígena (NUNES, 2016, p. 76).

A aldeia foi formada pela aliança entre famílias de distintas aldeias karajá. Como já foi documentado por outros pesquisadores que estiveram na região antes da formação de Santa Isabel do Morro, como é o caso de Ehrenreich (1949) e Krause (1943), as aldeias karajá ficavam dispersas ao longo do curso médio do rio Araguaia. Não há registro de uma liderança única entre todas as

aldeias karajá, mas sim de lideranças específicas para cada aldeia.

A concepção de liderança se inicia na formação da família extensa, como explica André Toral (1992, p. 73):

Uma família extensa Karajá é formada por um casal, algum de seus pais, filhos solteiros e o genro, casado com a filha. É reconhecida pelo nome do homem cabeça da família seguido de um pósfixo pluralizador, /-boho/. Dessa forma, por exemplo, os Waixaboho são os filhos, pais, esposas, genros e netos do Waixa [...]. (TORAL, 1992, p. 73).

Os líderes de uma família, assim identificados, têm uma posição importante no processo de constituição da liderança de uma aldeia. Uma nova aldeia pode surgir da iniciativa de uma família extensa, e ao ser fundada, pode receber o mesmo nome do “homem cabeça da família”. Mesmo não sendo assim nomeada, a aldeia guarda essa profunda relação com a(s) família(s) que a fundou(aram). Ao passo que as aldeias crescem, a(s) família(s) fundadora(s) passa(m) a se expandir, e na medida em que novas gerações surgem, outras disputas vão se constituindo em torno da posição de liderança e representatividade da aldeia, uma vez que famílias de outras aldeias, atraídas pela prosperidade daquela em crescimento, acabam chegando e tornando mais complexas as disputas pelo poder. Contudo, Toral ressalta que as posições de liderança, no passado, sempre foram preferencialmente ocupadas por aqueles com relação de parentesco mais próxima com os fundadores da aldeia.

É a descendência de seus fundadores, os “originais” do local, que funda a reivindicação de direitos territoriais e políticos dos habitantes de um dado aldeamento [...]. Assim, cada porção do território Karajá, Javaé e Karajá do Norte está indelevelmente ligado aos grupos de descendência dos líderes que se estabeleceram no local desde épocas históricas ou em períodos mais recentes, no caso de novos aldeamentos (TORAL, 1992, p. 76).

As disputas no interior de uma aldeia antiga e com maior densidade populacional podem gerar também o surgimento de grupos dissidentes, famílias extensas que resolvem sair para fundar uma nova aldeia, o que pode se dar por iniciativa de uma única família ou por uma aliança entre famílias extensas.

Se, por um lado, essa dinâmica foi registrada por etnografias desde o século XIX, por outro lado, podemos apontar, para o caso da formação de Santa Isabel do Morro, elementos específicos que foram fundamentais para a sua criação. O posto do SPI, fundado em 1927, certamente foi um vetor significativo para a constituição da aldeia. Algumas famílias de outras aldeias mostraram a intenção de fundar um novo espaço e assim ampliar sua força política a partir da criação de uma nova aldeia com a possibilidade de melhor acessar os bens e serviços oferecidos pelo SPI, como, por exemplo, mercadorias industrializadas, ferramentas e atendimento de saúde.

Tal movimento, na visão do SPI, era parte fundamental da política da instituição que via os postos como uma “frente de atração” para “pacificação”,¹ operando também como um meio de controle da população indígena, apaziguando situações de conflito com a sociedade nacional, o que no caso da fundação do posto Redenção Indígena era estratégico para aliviar a tensão crescente na região depois do ataque ao batelão do major Basílio.

No contexto da criação da nova aldeia estava o jovem Watau junto com uma das famílias que chegaram para morar na região do posto do SPI. Lourdes Mahuêdêru, uma das moradoras mais antigas de Santa Isabel do Morro, relatou sobre o momento da chegada de Watau ao antropólogo Eduardo Nunes:

Então os Tori² começaram a plantar. Começaram a plantar aqui mesmo, na aldeia, plantaram muita mandioca, milho... Até que amadureceu. Foi quando Watau³ apareceu. Com medo dos Tori, os Iny se juntaram na praia. Watau talvez era rapaz, ainda. Ele era rapaz no tempo em que o pessoal do SPI chegou aqui. Aqui mesmo [na aldeia que se formou junto ao Posto] ele se casou. Por isso, hoje a Kòmýtira está aí, a mãe de Iwyraru e seus irmãos, ela é filha dele. Watau ainda era rapaz, probrezinho. Ele é da família [em português] de Malua. Malua é mais novo, e sua irmã mais velha é Wānahiru, mãe de Watau (NUNES, 2016, p. 68).

1 Ver Souza Lima (1995).

2 Tori é o termo karajá para os não indígenas.

3 A língua karajá é marcada pela diferença entre as falas masculina e feminina, por este motivo, o nome de Watau, na narrativa de Mahuêdêru, está grafado como Watau, representando a maneira feminina de pronunciar o nome.

Como explicou Mahuêdêru a Eduardo Nunes, Watau fazia parte do grupo de Malua, líder de uma das primeiras famílias que chegaram para morar na região de Santa Isabel do Morro, como apontam os relatórios do SPI analisados por Nunes.

Em 1930, o encarregado da Inspeção de Goyáz do SPI escreve que “varia muito a população em nossos postos, já no que diz respeito aos índios, ainda um tanto nômades”, e relata que a população do Posto estava, à época, constituída de dois grupos: o do “capitão” Malua (139 pessoas) e o do “capitão” Hãdori (72 pessoas) que, somados a 27 “civilizados” – “ajudantes” do Serviço e familiares – 1 índio Krahô e 3 Kayapó, totalizava 242 pessoas (NUNES, 2016, p. 76).

A partir de 1931 o Posto do SPI foi abandonado, mas a aldeia de Santa Isabel do Morro permaneceu. O abandono do posto fez com que diminuísse a população da aldeia, como foi registrado por Hebert Baldus em 1935. Segundo sua descrição, moravam em Santa Isabel, naquele ano, 156 pessoas em oito grandes cabanas de palha (1948, p. 149).

Pouco mais tarde, a partir de 1937, após o início das políticas do Estado Novo de Getúlio Vargas, o interesse pela região central do Brasil era pauta importante no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro (RJ) – a sede do governo federal na época. Getúlio Vargas e sua equipe, na condução das políticas de interiorização do país, já articulavam estratégias para o avanço das fronteiras econômicas, como disse o então presidente em seu discurso:

Após a reforma de 10 de Novembro de 1937, incluímos essa cruzada no programa do Estado Novo, dizendo que o verdadeiro sentido de brasilidade é o rumo ao oeste. [...] o programa de “Rumo ao Oeste” é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura. Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo (VARGAS citado em VELHO, 1976, p. 138).

Vargas e os ideólogos do Estado Novo tinham em mente o progresso do país a partir do rompimento com as antigas elites ruralistas que comandavam o Brasil,

para então implantar meios de produção modernos e fomentar novas estratégias para o desenvolvimento econômico. O resultado, na prática, foi uma ação política ambígua que ao mesmo tempo tentou conciliar um novo modelo de produção no Brasil, mas sem abandonar a antiga estrutura da oligarquia agrária que sempre esteve presente na formação nacional, ditando os caminhos e a direção do desenvolvimento econômico e político brasileiro.

A Marcha para o Oeste foi lançada enaltecendo o espírito aventureiro do brasileiro, usando-o como uma estratégia para mobilizar a população rumo ao interior do país, evocando a imagem do bandeirante como o exemplo do destemido conquistador do interior do Brasil.

A partir de pressupostos nacionalistas, de consolidação e controle do território nacional, as políticas brasileiras no Estado Novo se voltaram para o interior do país sob o discurso da soberania nacional e da expansão econômica brasileira, fazendo alusão à necessidade da conquista, do domínio e da exploração dos recursos próprios. A situação do território nacional imaginada como uma sucessão de “vácuos demográficos”, para Getúlio Vargas, impedia o desenvolvimento do Brasil e a expansão econômica do país. Lançando a ideia de um território ainda a ser conquistado e enaltecendo os signos das bandeiras do período colonial, o Estado Novo passou a incentivar um movimento acelerado para o Oeste, para o interior do país (ESTERCI, 1972).

Ao mesmo tempo, o governo de Getúlio Vargas também promovia um discurso de enaltecimento dos povos indígenas, tidos como os “originais da terra”, os detentores das verdadeiras raízes da brasilidade. Sem nem mesmo dialogar com lideranças indígenas ou ter proximidade com algum dos povos do território brasileiro, Getúlio Vargas alçou a figura genérica do “índio” como herói nacional como uma das imagens centrais em prol da Marcha para o Oeste (GARFIELD, 2000).

O movimento da Marcha para o Oeste, lançado em 1938, almejava estimular o sentimento de unificação, algo que se acreditava ainda faltar ao país. Getúlio Vargas apresentava-se como o provedor das condições necessárias para se ocupar o Oeste de maneira a absorver as populações indígenas, não as aniquilando, mas absorvendo suas qualidades e unindo-as aos trabalhadores brasileiros para a construção de uma nação forte. Desse modo, os indígenas eram abraçados pelo discurso paternalista de Getúlio Vargas ao passo que as políticas implementadas já previam o fim dessas sociedades,

como ressaltou em 1939 o então diretor do SPI, Vicente de Paula Vasconcelos.

É claro que os índios, assim como o negro, terão que desaparecer um dia entre nós, onde não formam “quistos raciais” dissolvidos na massa branca cujo afluxo é contínuo e esmagador; mas do que se trata é de impedir o desaparecimento anormal dos índios pela morte, de modo que a sociedade brasileira, além da obrigação que tem de cuidar deles, possa receber em seu seio a preciosa e integral contribuição do sangue indígena de que carece para a constituição do tipo racial, tão apropriado ao meio, que aqui surgiu (VASCONCELOS citado em GARFIELD, 2000).

Desse modo, o SPI passa a receber investimentos significativos e a operar como um braço importante da política do Estado Novo. Longe de respeitar as diferenças sociais e culturais da diversificada população indígena no Brasil, o projeto nacional da época tinha a verdadeira intenção de fazer desaparecer toda a diversidade para dar lugar a um Brasil único e homogêneo.

Lançada a Marcha para o Oeste com investimentos nos empreendimentos no “sertão” brasileiro e sustentada pelos discursos, pelas ideias e políticas do Estado Novo, Getúlio Vargas então planejou, em 1939, uma visita oficial à ilha do Bananal, mais especificamente à aldeia karajá de Santa Isabel do Morro.

O tenente do exército Acary de Passos Oliveira, que trabalhava no Palácio das Esmeraldas, sede do Governo de Goiás, ficou à disposição do gabinete militar da Presidência da República para construir uma pista de avião na Ilha do Bananal e organizar um acampamento de caça para Getúlio Vargas (LIMA FILHO, 2001, p. 40).

A primeira tentativa de visita é, contudo, frustrada pelo início da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939. Diante do momento delicado no cenário mundial, a presença de Vargas na capital era indispensável. Uma nova tentativa foi logo conduzida no ano seguinte, em 1940, dessa vez bem-sucedida.

O presidente da Republica entre os carajá e os javarés da Ilha do Bananal

Pela primeira vez no Brasil um chefe da Nação visita uma maloca de índios

DANSA SAGRADA EM HOMENAGEM AO GRANDE HOSPEDE E INSTRUMENTOS AGRARIOS COMO RETRIBUIÇÃO DE BOA AMIZADE

Carajás e Javarés, vestidos tipicamente, realizaram a dança sagrada e as competições de luta corporal. Nos intervallos, as duas tribus, perfeitamente irmanadas, prestavam ao chefe do Governo novas homenagens, que eram sempre tra-

Reportagem sobre a visita de Getúlio Vargas à ilha do Bananal mencionando Watau como o chefe karajá que recebeu Vargas em nome de todos os indígenas da ilha (O PRESIDENTE, 2020).

Em 8 de agosto de 1940, Getúlio Vargas, a bordo do Lockheed 04, estava acompanhado do coronel Benjamin Vargas, do interventor federal em Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, do ministro João Alberto Lins de Barros e do jornalista Francisco Brasileiro, indo em direção à ilha do Bananal (SEMEAR, 2005; LIMA FILHO, 2001). Antes de pousar, sobrevoaram aldeias karajá, xavante e javaé, verificando a ocupação indígena na região. Pousaram em Santa Isabel do Morro e, segundo a reportagem, o presidente foi recebido por Watau, o “chefe” dos Karajá. Watau, na versão noticiada (Figura 1), cumprimentou Vargas em nome de todos os indígenas da ilha do Bananal, que compreendia também os Javaé, do lado oriental da ilha.

A visita de Vargas a Santa Isabel do Morro talvez seja o ponto mais controverso das memórias sobre a trajetória de Watau. Alguns relatos dizem que foi uma arbitrariedade de Getúlio Vargas apontar Watau como o “grande chefe”, como, por exemplo, a versão que é relatada por Toral:

Historicamente, os indivíduos que se ocupam do relacionamento com os torí têm sido identificados como os “caciques” ou “capitães” das aldeias. [...] Um dos casos mais famosos de mal-entendidos em relação à chefia do grupo ocorreu em 1940, quando o presidente Getúlio Vargas visitou a aldeia Santa Isabel. Encantado com o prestigiado ijesu (o que se destaca em lutas) da aldeia, Wataú, o presidente tomou-o como líder, cumulando-o de presentes para “sua tribo”. Wataú aproveitou-se habilmente da ausência do ixydinodu, que estava pescando, para se apropriar das honras devidas ao “cacique” (TORAL, 1992, p. 93).

Muitas das disputas atuais por liderança e posições de prestígio em Santa Isabel do Morro passam pela situação iniciada em 1940 pela relação entre Watau e Getúlio Vargas. Em Santa Isabel do Morro, é recorrente entre as famílias que disputam o poder com a família de Watau a versão de que ele só se tornou líder pelo ato autoritário de Getúlio Vargas. É possível encontrar outros relatos em etnografias que apontam a preferência de Getúlio Vargas por Watau pela sua postura física e pelo seu sucesso como lutador, como aparece nas obras de Fénelon Costa (1978) e Lima Filho (1994).

Contudo, é importante retomar alguns registros feitos desde o século XIX sobre a atuação das lideranças karajá. Toral (1992) aponta que a liderança mais comum até a primeira metade do século XX é a do ixydinodu, termo usado para se referir ao líder e representante da aldeia, que concentrava tanto a função de mediar e conduzir rituais importantes quanto de representar a aldeia diante de assuntos externos. Como já assinalado anteriormente, eram normalmente homens líderes de famílias fundadoras de uma aldeia ou faziam parte do grupo de descendência daqueles que eram reconhecidos como os “originais” do lugar.

É possível encontrar referência às lideranças de aldeias karajá do médio rio Araguaia nos trabalhos do naturalista alemão Paul Ehrenreich (1948), que esteve na região em 1888. Em seus registros de viagem ele enfatiza que, além dos profundos conhecimentos das práticas tradicionais karajá e da boa desenvoltura nas relações com as lideranças de outras aldeias, era também necessário aos líderes a experiência e o domínio do português para lidar com os não indígenas.

Outro pesquisador alemão, Fritz Krause (1943), em seus registros da expedição que fez à ilha do Bananal em 1908, assinala, por sua vez, a presença de dois tipos de liderança: uma voltada para as questões internas, que ele nomeia de “cacique”, considerando-o o “verdadeiro líder” de uma aldeia karajá, diferenciando-o dos “capitães”, que seria uma liderança voltada para assuntos externos à aldeia. Para Krause, havia uma confusão por parte dos não indígenas em acreditar que estes, com os quais lidavam mais diretamente, eram os verdadeiros caciques, quando na realidade eram apenas os designados para lidar com os não indígenas em função do seu domínio do português.

A presença de dois tipos de liderança é ressaltada no trabalho de André Toral (1992). Segundo ele, tratava-se de uma divisão das atribuições do ixydinodu ao longo do tempo, sendo que no decorrer do século XX, com a crescente exigência de expertise para lidar com os não indígenas, surgiu a necessidade de líderes que representassem as aldeias em assuntos externos, sobretudo com os não indígenas, que cada vez mais passavam a ocupar as adjacências da ilha do Bananal.⁴

Essa divisão do papel das lideranças que, como podemos notar, é uma questão presente nas aldeias desde o século XIX, é bem clara atualmente nas aldeias karajá. É recorrente notar em uma aldeia, notadamente as maiores e mais antigas, a presença de um “líder ritual”, que é responsável pelas atividades rituais, sobretudo a iniciação masculina, o Hetohyky.⁵ Sua forma de transmissão segue as regras de sucessão de liderança pelo pertencimento ao grupo de descendência que remete aos fundadores da aldeia, respeitando a necessidade de que sejam profundos conhecedores das tradições karajá.⁶ Por outro processo se tem um representante para assuntos externos, de modo especial para tratar com os não indígenas. Atualmente, em Santa Isabel do Morro, assim

4 Por exemplo, logo após a visita de Getúlio Vargas, em 1941 foi fundada a cidade de São Félix do Araguaia a poucos quilômetros da aldeia Santa Isabel do Morro. Em poucos anos várias outras cidades foram fundadas ao redor da ilha do bananal, tanto do lado oeste, onde estão os Karajá, quanto do lado leste, onde estão os Javaé (ANDRADE, 2016).

5 Ver o trabalho de Lima Filho (1994) sobre o ritual de iniciação masculina karajá.

6 Cabe ressaltar que as regras para escolha e indicação de lideranças, mesmo para assuntos rituais, é bastante situacional. Com isso, quero chamar a atenção para os inúmeros casos, apontados nas etnografias, em que é possível notar exceções às regras definidas pela relação de parentesco, por exemplo. São muitos os fatores que envolvem a escolha do líder ritual e acredito que este tema ainda carece de mais estudos para ser mais bem compreendido.

como em outras aldeias grandes, estes líderes são chamados de caciques e são escolhidos por meio de eleições.

A complexidade com que se constituem as lideranças nas aldeias nos mostra como o processo de ascensão de Watau como líder não foi um simples evento ou algo pontual na trajetória de Santa Isabel do Morro.

As narrativas que defendem a arbitrariedade de Getúlio Vargas em impor Watau como um líder explicam que na época o verdadeiro líder de Santa Isabel do Morro seria Malua, tio de Watau, como explicou Mahuèdèru a Nunes (2016, p. 68). Como são apresentados os relatos da época, Malua seria um dos fundadores de Santa Isabel do Morro, sendo também o líder de uma das famílias extensas. Tal situação lhe teria garantido a posição de ixydinodu. As narrativas que se tem registradas sobre a visita de Vargas em 1940 apontam Malua como o líder legítimo, a quem Getúlio Vargas deveria ter se dirigido, contudo, é seu sobrinho Watau que aparece nas reportagens de jornais da época, não apenas como o “capitão” de Santa Isabel do Morro, mas como o chefe dos povos da ilha do Bananal.

Foram muitas as generalizações que ecoaram sobre a estadia de Getúlio Vargas em Santa Isabel do Morro. O discurso do presidente, as notícias de jornal e os comentários da época não só ignoraram as particularidades da organização local da aldeia, como alçaram Watau como capitão karajá. Como se não fosse o bastante, Watau também é exaltado como o “chefe dos povos da ilha do Bananal”, como se houvesse entre os Karajá uma representação única para todas as aldeias, o que jamais foi registrado entre os povos do médio rio Araguaia. Ao mesmo tempo, a afirmação genérica que se produziu negava outras escalas de complexidade, como as diferenças culturais e as disputas entre Karajá e Javaé, povos diferentes, apesar de falarem a mesma língua, que habitavam – e continuam habitando – a ilha do Bananal.

Vargas, preferindo – por motivos não esclarecidos – Watau como “grande chefe”, sobrevoou com ele a ilha do Bananal e levou-o para uma visita ao Palácio do Catete, no Rio de Janeiro. As fotos de Watau foram estampadas em revistas nacionais da época, dando assim uma visibilidade ao jovem karajá, o que promoveu sua posição de liderança na aldeia, ao mesmo tempo em que sustentou as ações populistas do governo Vargas, o qual se beneficiou da imagem retórica de provedor da modernização do país (RODRIGUES, 2008, p. 188).

Watau assumiu a posição que lhe foi conferida e soube, a partir do evento marcante da visita de Getúlio

Vargas, articular uma liderança como representante da aldeia nos assuntos externos. De fato, a sua proximidade com o então presidente da República lhe deu bastante capital político para garantir a consolidação da sua posição de líder em Santa Isabel do Morro. E, dada a sua repercussão, apesar do reconhecimento que teve em outras aldeias karajá e entre outros povos como os Javaé, jamais Watau ocupou o espaço de um “chefe dos povos da ilha do Bananal”, como noticiavam os jornais da época.

Getúlio Vargas, por sua vez, não só alçou Watau a capitão karajá, como também fez da sua visita o marco simbólico do avanço inexorável da marcha para o oeste. As ações seguintes do governo iniciaram uma série de mudanças e intervenções na ilha do Bananal, tomando como centro dessas operações a aldeia Santa Isabel do Morro, transformando a dinâmica da região de maneira significativa. O interesse pelo local se dava pela posição geográfica da ilha e pela navegabilidade do rio Araguaia, fatores propícios para articular o avanço das fronteiras econômicas no Oeste, um dos pilares centrais do projeto modernista, que se resumia na união entre as “fronteiras econômicas” e as “fronteiras políticas” do Brasil (LIMA FILHO, 2001).

A visita de Getúlio Vargas à ilha do Bananal foi extensamente veiculada na imprensa, o que fez o acontecimento se tornar um marco simbólico das ações desenvolvidas pelo Estado Novo, colocando Getúlio Vargas como o primeiro presidente a adentrar o Brasil e se encontrar com indígenas no interior do país. Contudo, a retórica que se construía a partir do encontro com os Karajá tinha pretensões grandiosas e ofuscava toda a complexidade que envolvia a realidade do médio rio Araguaia e dos povos da ilha do Bananal em nome de um projeto sustentado pela imagem genérica do “índio” como herói nacional (GARFIELD, 2000).

Mais tarde, em 1947, após o governo de Getúlio Vargas e sete anos depois de sua visita, Hebert Baldus (1948) relata outro cenário em Santa Isabel do Morro. O Posto do SPI havia mudado de nome para Posto Getúlio Vargas desde a visita da comitiva presidencial em 1940. Apesar de a situação de abandono do posto desde 1931 ter sido alterada pelos investimentos de Vargas, que o colocou novamente em funcionamento e deu um salário às lideranças karajá de Santa Isabel do Morro por sua condição de “capitães”, como foi relatado por Donahue (1982, p. 64), o levantamento de Baldus apontava apenas 140 pessoas morando na aldeia em condições pouco favoráveis. Como descreve o etnólogo:

Os Karajá de Santa Isabel queixavam-se de que o Serviço de Proteção aos Índios não lhes dá bastante oportunidade para ganhar dinheiro. [...] Dizem ser, além disso, o armazém do Posto tão pouco abastecido que ficam forçados a comprar a preços exorbitantes dos mascates ou da venda de São Félix, povoação recém-fundada na margem oposta e cerca de uma légua distante de Santa Isabel, a montante do Araguaia (BALDUS, 1948, p. 149).

Os já escassos benefícios que poderiam ter os Karajá de Santa Isabel do Morro foram se esvaindo paulatinamente ao longo da década de 1940. Por outro lado, Watau soube, nesse meio-tempo, consolidar sua posição de liderança, apesar de – como alguns enfatizam – não ser ele o líder legítimo em 1940. Mas o jovem Watau soube se apropriar do movimento que Getúlio Vargas iniciou na aldeia e se mostrou aos seus pares como um importante articulador para assuntos relacionados aos não indígenas. Sua relação com Getúlio Vargas passou a ser um evento significativo a ser evocado como garantia a seu favor em vários momentos de sua trajetória como líder, garantindo a continuidade da sua posição na aldeia. O plano da Marcha para o Oeste de Getúlio Vargas não se concretizou completamente como havia sido idealizado, mas as bases foram lançadas, tendo sido exaustivamente aproveitadas mais adiante por Juscelino Kubitschek, outro presidente do Brasil que cruzou o caminho de Watau.

A ALVORADA SE ABRE PARA O “CAPITÃO” KARAJÁ

A liderança de Watau ganhou consistência ao longo das duas décadas que se passaram após a visita de Vargas. Os relatos do final dos anos 1950 (KUBITSCHEK, 2000, p. 416) apontam que ele assumira a posição de líder ritual de Santa Isabel do Morro que, como mencionado anteriormente, se trata de uma posição que exige profundos conhecimentos da tradição e, ao mesmo tempo, o reconhecimento dos seus pares quanto à sua relação com o grupo de descendência dos fundadores da aldeia. O reconhecimento de Watau, desde a década de 1940, foi confirmada pelo então governo brasileiro e, no decorrer da segunda metade da década de 1950, o “capitão” karajá assumiu mais uma vez a posição de destaque nas negociações com os não indígenas, dessa vez tratando diretamente com Juscelino Kubitschek.



Watau Karajá fotografado por equipe alemã na década de 1960 (WUSTMANN, 1963)

Contudo, é importante recuperar o projeto de Juscelino Kubitschek, que retoma com ênfase o modelo autoritário para efetivar o projeto integracionista de “ocupação total do território brasileiro” – diretrizes que estão presentes logo no início de seu governo, em 1956, quando é lançado o seu mais ousado projeto: a construção de uma nova capital no interior do país. Brasília foi o esforço central do governo de Juscelino Kubitschek, que se valeu das bases lançadas desde a proclamação da República e do programa de Getúlio Vargas “Rumo ao Oeste”, seguindo a mesma proposta da “ocupação do sertão”.

Juscelino Kubitschek orquestrou o ambicioso projeto de interiorização do país colocando em prática o seu slogan “50 anos em 5” (VELHO, 1976; LIMA FILHO, 2001). Profundamente comprometido com as ideias nacionalistas, a integração nacional e o desenvolvimentismo, Juscelino Kubitschek retomou com força total os planos, as ideias e as ações da marcha para o Oeste. A construção de Brasília foi então alçada como o epicentro do seu governo e, a partir dela, a tão almejada conexão entre o “sertão” e o “litoral”.

Em 1957, pouco tempo depois do início da construção de Brasília, Kubitschek organizou um importante evento na cidade em construção, a “Primeira Missa de Brasília”, um ato que evocou os símbolos da fundação do Brasil em pleno século XX, para dizer ao povo que em meio ao cerrado, no centro-oeste brasileiro, um novo Brasil se erguia.

Juscelino Kubitschek transformou a nova capital em construção um palco para a celebração da união e da efetiva construção de um marco para a expansão das fronteiras econômicas do país. Os Karajá, que desde a década de 1930, com Vargas, já ocupavam espaço no cenário político nacional, se inseriram nas comemorações organizadas por Juscelino Kubitschek. Um grupo karajá da ilha do Bananal foi convidado para estar presente na celebração da então “Primeira Missa de Brasília”. A cerimônia foi planejada por Juscelino Kubitschek de forma a coincidir com a data reconhecida na época como o dia da “descoberta do Brasil” e da realização da primeira missa, em 3 de maio de 1500. Como foi descrito pelo próprio Juscelino Kubitschek,

Escolhi a data de 3 de maio por me parecer a mais expressiva, já que recordava a missa mandada dizer por Pedro Álvares Cabral. As duas cerimônias se equivaliam em simbolismo. A primeira assinalara o descobrimento da Nova Terra; e a segunda, quatrocentos anos mais

tarde, lembraria a posse efetiva da totalidade do território nacional (KUBITSCHKEK, 2000, p. 87).

A missa foi rezada pelo cardeal-arcebispo de São Paulo Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota. Foi realizada na Praça do Cruzeiro, no dia 3 de maio de 1957, uma sexta-feira. A missa foi transmitida para todo o país via rádio pelo programa “A voz do Brasil”.

A pretensão era de um novo “descobrimento” do Brasil, com a ideia de que agora era possível a efetiva ocupação do território nacional, já que até então era imaginado como uma vasta formação de consecutivos “vazios demográficos”, como no discurso de Getúlio Vargas. A missa, em Brasília, se apresentava como a primeira grande cerimônia que marcaria o início do almejado elo entre o “sertão atrasado” e o “litoral moderno”, a garantia do progresso nacional. O evento contou com a presença de 15 mil pessoas e foi reconhecido como o marco oficial do início da construção de Brasília.

A proposta do ato, idealizado por Juscelino Kubitschek, era realizar um evento grandioso, simbolizando uma nova conquista do Brasil. Juntos estavam os representantes do alto escalão do governo federal, investidores importantes e representantes da “alta sociedade Carioca” – como definiu o então presidente – e os convidados karajá da ilha do Bananal, que chegaram na ocasião em aviões da Força Aérea Brasileira especialmente para a celebração (KUBITSCHKEK, 2000). O cenário foi construído baseado no quadro de Vitor Meireles, A primeira missa no Brasil. A cena em Brasília almejava recompor elementos do “descobrimento” do Brasil, como haviam sido imaginados no século XIX.



ÍNDIOS EM BRASÍLIA Do programa da "Primeira Missa em Brasília" constava a presença de índios, como no célebre quadro de Vitor Meireles "A Primeira Missa no Brasil". Não havendo selvicolas nas imediações da futura capital, o cerimonial do Café providenciou o recrutamento de alguns índios da Ilha de Bananal, que foram conduzidos de avião para o Planalto e postos diante das objeções da Agência Nacional, como se vê na gravura acima. — (Leia na 2ª seção, 1ª página, reportagem sob o título "Milhares de pessoas presentes à primeira missa em Brasília").

Os Karajá na Primeira Missa de Brasília. Reportagem do jornal Diário de Notícias (RJ) de 4 de maio de 1957 ("Índios em Brasília").

A obra de Victor Meirelles, datada da década de 1860, foi aclamada como a principal representação do surgimento do Brasil. Como ressalta Pacheco de Oliveira,

É a mais forte autorrepresentação do Brasil, inculcada pela escola e naturalizada por toda a população letrada. Nela, os índios, bastante estetizados, parecem fundir-se com a natureza, não sendo efetivamente protagonistas – mas apenas testemunhas – da história da nação e de seu próprio destino (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p. 16).

Desse modo, os Karajá apareceram para a primeira missa em Brasília adornados e pintados, reificando os ideais do século XIX (Figura 3). Os Karajá foram convidados para presenciar a implementação de um novo Brasil que se erguia sob o comando de Juscelino Kubitschek. Um pequeno grupo karajá era despido de toda a complexidade que os envolvia em sua particularidade, para então dar lugar ao "índio" genérico, representante do "bom selvagem", os "heróis nacionais" presente no discurso modernista, presenciando o avanço e o desenvolvimento nacional. A primeira missa de Brasília reproduziu mais uma vez a imagem idílica do "índio" genérico

que assiste ao progresso e ao avanço do conquistador. Assistem, portanto, à promessa da modernidade, do futuro e da consolidação de um país civilizado e pujante.

Os objetivos de Juscelino Kubitschek não se encerraram no grande ato simbólico na praça do Cruzeiro em Brasília. Seus interesses eram maiores e a necessidade de manter relações amigáveis com os Karajá revelou outra maneira de ver e compreender a relação dos grupos indígenas nos processos de formação do Estado brasileiro. Juscelino Kubitschek, assim como Getúlio Vargas, voltou seu interesse para a ilha do Bananal e, para tanto, retomou o diálogo com os Karajá, tendo Watau como seu principal intermediador nas negociações.

Os planos para construção da nova capital seguiram e todos os esforços foram voltados para viabilizar uma infraestrutura indispensável para a instalação de Brasília em uma região distante dos centros nacionais. Depois de ter avançado consideravelmente com as obras no Planalto Central – como as construções das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre em 1960 – Juscelino voltou seus esforços para a ilha do Bananal e a região do Araguaia, que foram cobçadas anteriormente por Getúlio Vargas. Juscelino Kubitschek acreditava que seria um cenário promissor para concretizar o ato final de

seu legado como presidente, pois, uma vez interligada a capital aos principais centros do país, seria fundamental incentivar a ocupação de um ponto estratégico do território nacional.

A ilha do Bananal foi doada à União pelo governo de Goiás em 1959, quando foi transformada em Parque Nacional, concretizando o primeiro passo para os planos que viriam a se desenvolver em Santa Isabel do Morro (LIMA FILHO, 2001). No ano seguinte, 1960, Watau viu confirmado mais uma vez o seu reconhecimento nacional como líder representante dos Karajá, posicionando-se diante das demandas da Fundação Brasil Central (FBC), como descreve Juscelino Kubitschek.

Acertadas as providências iniciais, já no dia 16 de maio [de 1960] o Coronel Nélio Cerqueira, acompanhado de um grupo de auxiliares meus, seguia, por via aérea, para o Posto Getúlio Vargas, órgão do Serviço de Proteção aos Índios, localizado na margem oeste da ilha, banhada pelo braço norte do rio Araguaia. Esse grupo permaneceu dois dias no local, sempre em contato com o cacique Uataú [sic], a fim de não só fazer um levantamento dos cursos locais, mas examinar igualmente os diferentes problemas para que fossem imediatamente iniciadas as obras programadas (KUBITSCHKEK, 2000, p. 414).

Faltando apenas nove meses para finalizar o seu governo, Juscelino Kubitschek deu início à "Operação Bananal". Seu plano era construir um Hotel de Turismo; um cais para atracação de embarcações; e uma pista de pouso para aviões de médio porte, com equipamento avançado o suficiente para auxiliar os voos em todo o Brasil Central (KUBITSCHKEK, 2000, p. 414).

Watau, como representante dos Karajá, foi levado até Brasília junto com a equipe enviada para as primeiras avaliações do projeto na Ilha do Bananal. Como líder Karajá, notoriamente reconhecido, ele se reuniu formalmente no dia 29 de maio de 1960 com Juscelino Kubitschek no Palácio do Planalto. O encontro foi amplamente noticiado na mídia brasileira da época.

Durante a reunião, Watau rememorou seu encontro com Getúlio Vargas, momento em que sua posição de capitão ganhou significativa repercussão. Durante o encontro com Juscelino Kubitschek, Watau exigiu, dentre outras reivindicações, a construção de casas de alvenaria e um engenho para os Karajá (LIMA FILHO, 2001, p. 98) em troca de sua autorização para o início da

"Operação Bananal". Seria pouco provável que qualquer acordo mais favorável proposto por Watau fosse acatado pelo presidente, tendo em vista o plano monumental e o tempo exíguo que tinha para executá-lo, além do tom autoritário que atravessava as decisões e as ações de Juscelino Kubitschek.

Após a reunião em Brasília, as obras foram imediatamente iniciadas, como relata Lima Filho.

[...] Juscelino moveu-se para todos os lados. Convocou Oscar Niemeyer, que projetou o Hotel Turismo, o hospital indígena e um prédio administrativo que se chamou Alvoradinha. Ainda foram construídas uma escola, uma pista asfaltada e uma base militar da FAB [Força Aérea Brasileira]. Índios, candangos, funcionários da FBC, sertanejos, militares e projetistas, todos unidos pelo ufanismo modernista de JK, no centro do Brasil [...] (LIMA FILHO, 2001, p. 101).



OS DOIS CACIQUES

Na sala da biblioteca do Palácio da Alvorada, no meio-dia morno do último domingo, JK despachou com o Cacique Uataú, chefe dos karajás, os donos naturais da ilha. O chefe índio (pitando cigarro americano) expôs as suas reivindicações (casa e remédios) e fez confidências ao Presidente: tinha duas esposas, que viviam juntas, sem briga. JK recebeu arco e flecha e bonecos de barro. Uataú relembrou ao Presidente o seu conhecimento com Getúlio, ocasião em que a sua tribo contava com três chefes: Maloó, Curiole e êle, Uataú. Saindo vitorioso de uma luta contra os guerreiros, Getúlio fez dele o chefe absoluto da nação karajá.

Notícia do encontro entre Juscelino Kubitschek e Watau em Brasília, publicada na revista O Cruzeiro, em 4 de junho de 1960 ("Em Brasília").

O objetivo maior era fazer da ilha do Bananal o grande portal de entrada da Amazônia brasileira. A ilha seria o parque de caça e pesca, um ponto turístico que operaria como estrutura para o avanço da fronteira econômica.

Seguindo os ideais que nortearam o SPI desde a sua criação em 1910, o movimento em prol da construção de escolas, hospital e pista de pouso não se tratava do reconhecimento da autonomia e do modo de vida indígena, como poderiam pressupor as notícias dos encontros formais entre Watau e Juscelino Kubitschek em Brasília, nas quais as manchetes os apresentavam como lideranças em paridade, como se se tratasse de um encontro diplomático entre líderes de dois povos diferentes.⁷ Ao contrário, a concepção integracionista seguia com a mesma intenção de que todo o engajamento serviria para fazer desaparecer o modo de vida indígena para dar lugar a uma sociedade brasileira integrada.

Se, por um lado, notamos de fato a relação entre lideranças e a importância do evento para a política local na região do médio Araguaia, com efeitos concretos nas relações entre as unidades políticas em Santa Isabel do Morro, entre as aldeias karajá e entre os Karajá e os não indígenas, por outro lado, o discurso de Juscelino Kubitschek e as estratégias do governo eram guiadas, mais uma vez, pela concepção de que Watau protagonizava a versão genérica do “chefe dos povos da ilha do Bananal”. A imagem dos povos da ilha, por sua vez, era reduzida à ideia dos “índios” genéricos desenhados pelo plano integracionista do governo.

Pouco tempo depois de iniciadas as obras em Santa Isabel do Morro, outra comitiva presidencial, agora de Kubitschek, foi organizada para uma visita. No dia 27 de junho de 1960, acompanhado de sua esposa e filha e dos ministros da Aeronáutica, da Marinha e da Saúde, Juscelino Kubitschek pousou em Santa Isabel do Morro para acompanhar as obras da “Operação Bananal” (KUBITSCHKEK, 2000).

Os Karajá de Santa Isabel do Morro receberam a comitiva presidencial tendo à frente três lideranças: Watau, Kuryala e Malua. Pela sua trajetória e as interlocuções já estabelecidas anteriormente em Brasília, era de se notar que, aos olhos de Juscelino, Watau fosse a liderança que mais se destacava, apesar de quaisquer disputas internas entre as unidades políticas da aldeia. Nas memórias de Juscelino Kubitschek (2000), Watau é constantemente mencionado. Na ocasião da visita para o acompanhamento da “Operação Bananal”, o então presidente batizou Urumarú, filho de Watau, consagrando assim,

segundo Juscelino Kubitschek, a relação de compadrio entre os “dois chefes” (2000, p. 419).

A essa altura a liderança de Watau, diante dos acontecimentos, já estava consolidada. Malua, apesar de ser um dos fundadores de Santa Isabel do Morro, não podia negar a influência e o prestígio acumulados por Watau desde a visita de Getúlio Vargas. Kuryala foi apontado nas etnografias (TORAL, 1992) como um importante líder ritual que passou a ocupar tal posição pelo seu inquestionável domínio das tradições karajá. E Watau, por sua vez, soube construir sua trajetória em Santa Isabel do Morro, articulando vários elementos a seu favor: acumulando prestígio nas relações com não indígenas; articulando sua relação de parentesco com o grupo de descendência fundador de Santa Isabel do Morro; e ao mesmo tempo se aperfeiçoando no conhecimento de tradições caras ao povo Karajá, o que chegou a lhe garantir a posição de líder em momentos rituais.

Não obstante, as relações da ordem da “Operação Bananal” envolveram, inevitavelmente, conflitos entre grupos de interesse. Há relatos, como aponta Lima Filho (2001), de que as demais lideranças não eram a favor das construções planejadas por Juscelino Kubitschek e se opunham à permanência da Fundação Brasil Central, responsável técnica pelas obras. De todo modo, a imposição autoritária do governo solapava qualquer obstáculo que pudesse contrapor seus planos, fossem os Karajá ou a própria oposição política da época, a qual fazia duras críticas ao governo de Juscelino Kubitschek. As obras foram conduzidas em Santa Isabel do Morro com uma velocidade fora do comum, como descreve Lima Filho:

De junho de 1960 a fins de janeiro de 1961, foram construídos uma padaria, uma lavanderia, o sistema de ar-condicionado, água e energia elétrica, os serviços de frigorífico, uma residência oficial onde Juscelino se hospedava, a chamada Alvoradinha, um hospital com 16 leitos, uma escola primária indígena para 250 alunos e uma pista para aviões, asfaltada, com 1.500 metros de comprimento e 45 metros de largura (LIMA FILHO, 2001, p. 103).

Apesar do ritmo apressado as obras não foram concluídas antes do fim do mandato de Juscelino Kubitschek. Com a posse de Jânio Quadros, as obras da “Operação Bananal” foram investigadas, porém sem qualquer condenação (LIMA FILHO, 2001). O Hotel só foi concluído em 1964, depois do golpe civil militar, ano



Ruínas do Hotel JK à esquerda e uma casa karajá à direita, ao fundo o rio Araguaia na Aldeia JK. Foto: Manuel Ferreira Lima Filho, Aldeia JK (TO), julho de 2014.

em que o Hotel foi arrendado por uma empresa que concluiu a obra e passou a gerir o estabelecimento (LIMA FILHO, 2001, p. 104).

Nos anos que se seguiram os Karajá conviveram em Santa Isabel do Morro com a base da Força Aérea Brasileira, que só veio a ser desativada em 1992, e com o Hotel de Turismo que recebia como hóspedes oficiais militares durante períodos de folga, como descreve Lima Filho (2001, p. 105): “enquanto os Karajá só olhavam, os militares faziam do local refúgio de Brasília e pescavam soltando explosivos nos rios internos da ilha do Bananal”.

O plano de Getúlio Vargas – que transformaria a ilha do Bananal na base central para o avanço “rumo ao oeste” – foi em parte concretizado por Juscelino

Kubitschek. Suas ações renderam muitas intervenções em Santa Isabel do Morro. Apesar da ferocidade com que foi executado o projeto, as construções da “Operação Bananal” foram aos poucos sendo abandonadas e logo se tornaram ruínas entre as casas karajá. O Hotel Turismo sucumbiu em chamas. Segundo relatado por Lima Filho (2001, p. 108), um jovem de Fontoura, outra grande aldeia karajá da ilha do Bananal, buscava mel próximo ao Hotel abandonado quando acidentalmente ateou fogo na construção. Dos escombros de uma obra de Oscar Niemeyer, que se pretendia marco monumental da modernização do sertão, permaneceram os Karajá. Retomando seu espaço, fundaram nas ruínas do antigo Hotel uma aldeia de nome JK.

⁷ O título da notícia da revista O Cruzeiro de 4 de junho de 1960 era: “Em Brasília, 2 chefes de estado despacham na biblioteca do Palácio da Alvorada”.

A LUTA CONTINUA...

A trajetória de vida de Watau é marcada pelas relações com a política modernista e desenvolvimentista brasileira, ao passo que em Santa Isabel do Morro ele se consolidou como uma importante liderança karajá, conquistando seu espaço em meio às demais unidades políticas que compunham o quadro de lideranças da aldeia. Apesar das narrativas que contam a história de Watau como uma liderança fruto de um acaso autoritário de Getúlio Vargas, não é menor o fato de que ele soube se articular usando diversos elementos a seu favor e a favor do grupo que construiu ao longo dos anos, tecendo uma ampla rede de relações que garantiu sua posição de fala e respeito entre os Karajá na região do médio rio Araguaia.

É notável que a partir de 1927, com a fundação do Posto Redenção Indígena do SPI e o crescimento das famílias extensas karajá, tenham surgido novas condições e novos desafios para as disputas pelo poder local. A situação desenvolveu alianças e conflitos entre os grupos familiares, levando a cisões e ao surgimento de outros grupos que, apesar de dissidentes, passaram a optar por permanecer estrategicamente próximos ao posto do SPI. Isto que nos leva a uma das narrativas controversas sobre Watau que, como foi assinalado, gira em torno da sua suposta transgressão das regras tradicionais de transmissão da liderança, que se deu ao se aproveitar da condição de capitão imposta por Getúlio Vargas, ignorando assim a posição que cabia ao seu tio Malua, que comandava uma das famílias extensas que fundaram a aldeia Santa Isabel do Morro.

Ao longo do século XX, desde a sua fundação, a aldeia Santa Isabel do Morro cresceu significativamente, tornando-se, junto com Fontoura, uma das duas principais aldeias karajá, abrigando recentemente 704 pessoas (NUNES, 2016, p. 109). Dessa maneira, as tensões políticas se acirraram, fazendo com que os vínculos com os fundadores de Santa Isabel do Morro representassem um importante capital político para o estabelecimento de novas lideranças.

Na década de 1990, Lima Filho descreveu Watau como importante líder da aldeia, que se reservava apenas às práticas de cura e aos conselhos devido à sua idade avançada. Nesse período, Lima Filho (2001, p. 125) fez um mapeamento das unidades políticas em Santa Isabel do Morro e apontou que era maior o número de famílias ligadas politicamente a Watau, totalizando oito,

ao passo que Maluaré (filho de Malua) e Arutana (líder ritual por um período) contavam com cinco e três famílias, respectivamente.

Watau faleceu em Santa Isabel do Morro em fevereiro de 1997. Seu corpo passou pelos processos tradicionais do luto karajá e foi enterrado no antigo cemitério demarcado em uma área adjacente à cidade de São Félix do Araguaia (MT). A cidade, como demonstraram as prospecções da arqueóloga Irmild Wust, foi erguida sobre uma antiga aldeia karajá.⁸ O enterro de Watau foi um importante ato político para os Karajá.⁹

Nas disputas mais atuais, os descendentes de Watau formam um grupo articulado de lideranças que atuam ativamente em Santa Isabel do Morro, dando continuidade à unidade política iniciada pelo avô, como é descrito por Lima Filho ao indicar os principais grupos políticos da aldeia.

Em um dos grupos estão Iwyraru, Tuila, Wadehi e de certa forma Ijahuri, que são netos de Watau e tendem a continuar a influência política do avô. Tuila, o neto mais velho, foi tori wedu ou cacique durante a minha estada. Ijahuri chegou a se revelar politicamente nas cidades. Estudou desde jovem em Goiânia, participou da construção da UNI – União das Nações Indígenas – e foi candidato a deputado duas vezes. A sua ligação com o SIL (Summer Institute of Linguistics) o levou a visitar os Estados Unidos e a envolver-se com a ECO-92, realizada no Rio de Janeiro (LIMA FILHO, 1994, p. 125).

Idjahuri foi um dos filhos de Watau mais engajados nas lutas indígenas que se intensificaram a partir da década de 1970. Foi uma importante liderança que atuou junto a indígenas de outras etnias para reivindicar direitos dos povos indígenas na Constituição de 1988. Sua atuação foi interrompida por problemas graves de saúde que levaram ao seu falecimento precoce em 2004.

Iwyraru, neto de Watau, avançou na carreira política como vereador de Lagoa da Confusão (TO). Foi Iwyraru

8 Trata-se de “utensílios de cerâmica coletados em prospecção feita pela arqueóloga Irmild Wust, em 1996, na rua 2 em São Félix do Araguaia. O sítio está registrado no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN com o código MT-AR-003 e nomeado no sistema como: ‘Antigo Cemitério Karajá de São Félix do Araguaia’” (ANDRADE, 2016, p. 16).

9 O local foi estudado, e o laudo foi apresentado por Manuel Lima Filho. O sítio arqueológico que comprova a ocupação está registrado no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos sob o código CNSA MT01333. Trata-se de um cemitério karajá no extremo norte da cidade de São Félix do Araguaia, onde os Karajá de Santa Isabel do Morro, após 1990, voltaram a enterrar pessoas (ANDRADE, 2016, p. 16).

quem fundou uma aldeia próxima de Santa Isabel do Morro, à qual deu o nome de seu avô. A aldeia Watau continua, ainda hoje, sob a liderança de Iwyraru, que a fundou com o intuito de se distanciar de conflitos e situações problemáticas de Santa Isabel do Morro.

As reflexões sobre a trajetória de Watau e os desdobramentos a partir das suas relações com eventos marcantes da história do Brasil nos convidam a enxergar além das pretensões modernistas e ufanistas dos presidentes que “marcharam para o Oeste”. Desse modo, podemos deixar transparecer com mais lucidez as diferenças, as especificidades e as proximidades entre a realidade local de uma importante aldeia, como Santa Isabel do Morro, que tem sua trajetória profundamente ligada aos projetos nacionais desde o início do século XX e, ao mesmo tempo, é palco central para a constituição de lideranças importantes e para a organização social de parte significativa do povo Karajá.

Longe de se tratar de “índios genéricos”, como queria o discurso modernista, a trajetória de Watau e sua relação com a história de Santa Isabel do Morro nos convidam a refletir sobre as especificidades da luta do povo Karajá que, se não pode ser resumida em uma única versão, tampouco poderia ser diluída no caldo retórico que almejou unificar os mais de trezentos povos diferentes que convivem no Brasil.

referências bibliográficas

ANDRADE, R.S.G. de. Os huumari, o obi e o hyri: a circulação dos entes no cosmo Karajá. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – PPGAS-UFG, 2016.

BALDUS, Hebert. As tribos do Araguaia e o Serviço de Proteção aos Índios. Revista do Museu Paulista, n.s., v. 2. p. 137-168, 1948.

BENSA, Alban. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, Jacques (org.). Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Trad. Dura Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

DONAHUE, George Rodney Jr. A contribution to the ethnography of the Karajá indians of Central Brazil. Tese (Doutorado em Antropologia) – Department of Anthropology, University of Virginia, 1982.

EHRENREICH, P. Contribuição para a etnologia do Brasil. Trad. Egon Schaden. Revista do Museu Paulista: Nova Série, São Paulo, v. 2, p. 7-135, 1948.

EM BRASÍLIA, 2 chefes de estado despacham na biblioteca do Palácio da Alvorada. Revista O Cruzeiro, Rio de Janeiro, n. 34, p. 113-114, 4 de junho de 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/003581/131373>. Acesso em 02/03/2020.

ESTERCI, Neide. O mito da democracia no país das bandeiras: análise simbólica dos discursos sobre imigração e colonização do Estado Novo. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – PPGAS-Museu Nacional-UFRJ, 1972.

FÊNELON COSTA, Maria Heloísa. A arte e o artista na sociedade Karajá. Brasília: Funai, 1978.

GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 15-42, 2000.

ÍNDIOS EM BRASÍLIA. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, n. 10576, p. 1, 4 de maio de 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/60235. Acesso em 02/03/2020.

KRAUSE, Fritz. Nos sertões do Brasil. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, n. 69, p. 213-232, 1940.

_____. Nos sertões do Brasil. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, n. 88, p. 183-205, 1943.

KUBITSCHKE, Juscelino. Por que construí Brasília. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Hetohoky: um rito karajá. Goiânia: Editora UCG, 1994.

_____. O (des)encanto do oeste: memória e identidade social no médio Araguaia. Goiânia: Ed. da UCG, 2001.

NUNES, Eduardo S. Transformações Karajá: os “antigos e o “pessoal de hoje” no mundo dos brancos. Tese (Doutorado em Antropologia) – PPGAS/UnB, 2016.

O PRESIDENTE da República entre os carajás e os javarés da Ilha do Bananal. O Jornal, Rio de Janeiro, n. 6493, p. 3, 9 de agosto de 1940. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/110523_04/2763. Acesso em 02/03/2020.

RODRIGUES, Patrícia de Mendonça. A caminhada de Tanýxiwè: uma teoria Javaé da História. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade de Chicago, 2008.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Um Grande Cerco de Paz. Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

TORAL, André Amaral de. Cosmologia e sociedade Karajá. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – PPGAS-Museu Nacional-UFRJ, 1992.

VELHO, Otávio G. Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. São Paulo: Difel, 1976.

WUSTMANN, Erich. Karajá, Indianer vom Rio Araguaia. Radebeul, Germany: Neumann Verlag, 1963.